

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Texto para os itens de 51 a 58

1 Uma vez, ouvi na televisão um político americano  
dizer: “É preciso limpar as palavras.” Se bem me lembro, ele  
falava a respeito de um escândalo que havia ferido  
4 injustamente a reputação de alguém. Era como se assinalasse  
que tínhamos que ter mais cuidado na escolha dos termos que  
utilizamos, mas chamou-me a atenção que ele se referisse às  
7 palavras como objetos que podem estar mais ou menos limpos.

Tal afirmativa, na boca de um escritor, seria natural.  
Mas, dita por um político, soou como algo raro. Claro que,  
10 sendo ele um político americano, há uma explicação para isso.  
A cultura daquele país tem um substrato calvinista, e um dos  
itens da ética protestante é o confronto entre o limpo e o sujo,  
13 o puro e o impuro.

Anotei a expressão “limpar as palavras”. Gostei da  
frase e da intenção.

16 Assim como a gente manda uma roupa para a  
tinturaria, é preciso mandar limpar as palavras. Como se faz  
uma faxina na casa, pode-se faxinar o texto. Há até  
19 especialistas nisto: o revisor, o copidesque, o redator. Eles  
pegam o texto alheio e começam a cortar aqui e ali as gorduras,  
os excessos, as impurezas gramaticais. Também os professores,  
22 os linguistas, os filólogos podem entrar nessa categoria, a  
exemplo dos dicionaristas.

Mas como se limpa a palavra? Só uma palavra pode  
25 limpar outra.

Cada um tem lá sua técnica para limpar as palavras.  
Lembro uma conhecida que sugeria que, para um *jeans* bem  
limpo, era necessário jogar na máquina de lavar roupas também  
28 um par de tênis. No fundo, era um pouco a imitação  
tecnológica do que as lavadeiras sempre fizeram na beira dos  
rios, batendo as roupas na pedra. Cada escritor coloca dentro  
31 de sua máquina de escrever um tênis diferente para clarear a  
escrita. São matreirices.

34 O bate-enxuga das palavras. O publicitário também  
sabe o que é isso, o que é sacar a frase de efeito, revirar o texto  
para que ele tenha a força do *slogan*, do provérbio, do axioma.  
37 Os homens que tratam das leis também pensam nisso. Ficam ali  
burilando os termos pra evitar ambiguidades e subterfúgios. Às  
vezes conseguem, às vezes não. A lei deveria ser limpa,  
40 transparente. Às vezes é, às vezes, não.

Limpar as palavras. Mas há palavra pura? Há algum  
tempo houve um movimento chamado “poesia pura”, “arte  
43 pura”. Existe alguma coisa pura? Há dúvidas. Hoje, que a  
ecologia está na moda, condena-se a poluição. A despoluição,  
na verdade, começa pela despoluição no discurso.

Affonso Romano de Sant'Anna. *Limpar as palavras*. In: *Coleção  
Melhores Crônicas*. São Paulo: Global, 2003 (com adaptações).

Acerca das ideias do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 51 Do segundo parágrafo conclui-se que o uso de determinadas  
palavras e expressões em um texto justifica-se por aspectos  
históricos, políticos e sociais envolvidos na produção textual.
- 52 Infere-se da leitura do sétimo parágrafo que é possível  
identificar ambiguidades e subterfúgios em textos legais.
- 53 O ponto de vista do autor do texto é contrário à proposta de  
limpar as palavras, que ele considera reducionista.
- 54 A temática tratada no texto é motivada pela linguagem figurada  
presente na fala de político americano em programa de  
televisão.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens que se  
seguem.

- 55 No trecho “Há dúvidas” (l.43), o verbo é impessoal e, por isso,  
não se flexiona.
- 56 No primeiro período do texto, o trecho ‘É preciso limpar as  
palavras’ (l.2) exerce a função de aposto explicativo.
- 57 Não haveria prejuízo para o sentido original nem para a  
correção gramatical do texto, caso fosse suprimido do trecho  
“mas chamou-me a atenção” (l.6) o pronome pessoal “me”.
- 58 Em “Tal afirmativa, na boca de um escritor, seria natural. Mas,  
dita por um político,...” (l.8-9), seriam mantidas a correção  
gramatical e a ênfase do trecho caso se substituísse o ponto  
final por dois-pontos e se trocasse a inicial maiúscula de “Mas”  
pela minúscula correspondente.

1 Um dicionário analógico, ou de ideias afins, ou  
*thesaurus*, parte de um pressuposto semelhante àquele que rege  
a função de um dicionário de língua como o conhecemos. Este  
4 é uma ferramenta de busca de significados e informações de  
uso de palavras que conhecemos, ou seja, partimos de uma  
palavra conhecida para buscar-lhe as acepções e usos possíveis.

7 O dicionário analógico pressupõe situação em que, ao  
contrário, temos noção de um significado, temos uma intenção  
de uso, mas não nos ocorre uma palavra satisfatória. O  
10 *thesaurus*, a partir de um contexto de possíveis significados,  
oferece uma grande quantidade de palavras em torno dessa  
significação, isto é, termos análogos com maior ou menor grau  
13 de proximidade em relação às acepções apresentadas, para que,  
nesse conjunto, possamos encontrar a palavra — ou expressão  
— que melhor nos convenha, em qualquer de suas mais  
16 prováveis funções gramaticais.

Francisco Azevedo. *Apresentação do dicionário analógico da  
língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

Com relação a aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens  
subsequentes.

- 59 O pronome “Este” (l.3) refere-se ao termo “dicionário  
analógico” (l.1).
- 60 O pronome “àquele” (l.2) refere-se a “Um dicionário  
analógico” (l.1).
- 61 A mesma regra de acentuação justifica o emprego do acento  
agudo nas palavras “dicionário” (l.1) e “possíveis” (l.6).
- 62 A palavra “*thesaurus*” é destacada no texto, de acordo com as  
normas vigentes com relação à escrita de termos em língua  
estrangeira.
- 63 Em “Um dicionário analógico, ou de ideias afins, ou *thesaurus*,  
parte de um pressuposto semelhante ...” (l.1-2), a supressão da  
vírgula após a palavra *thesaurus* acarretaria prejuízo  
gramatical a esse trecho, visto que essa vírgula, bem como as  
outras nele empregadas, sinaliza uma relação de equivalência  
entre termos.
- 64 Na oração “mas não nos ocorre uma palavra satisfatória”, a  
próclise do pronome deve-se à presença do advérbio de  
negação.

1 As universidades corporativas surgiram no mercado  
educacional com o intuito de capacitar os funcionários de  
instituições e grandes empresas. No caso da Universidade do  
4 Parlamento Cearense (UNIPACE), um dos seus principais  
focos foi contribuir com a educação dos servidores públicos.  
Criada em 2007, ela surgiu para aperfeiçoar a atuação do  
7 funcionalismo estadual, promovendo atividades direcionadas  
à formação e qualificação profissional dos servidores e agentes  
políticos vinculados às assembleias legislativas e às câmaras  
10 municipais conveniadas.

A presidente da UNIPACE, Patrícia Saboya, define a  
educação como princípio da democratização de um povo, da  
13 manutenção da cultura e das tradições. Em consonância com o  
discurso do escritor e economista César Benjamin, que afirma:  
“O maior patrimônio de um país é seu próprio povo, e o maior  
16 patrimônio de um povo é a sua cultura”, ela acredita que a  
cultura permite ao cidadão comum expressar melhor conceitos  
e sentimentos, conhecer bem a língua que fala, reconhecer sua  
19 identidade e ampliar seu horizonte de direitos. O resultado  
disso, segundo a deputada, é um aumento de sua capacidade de  
organização e de comunicar-se melhor consigo e com outros  
22 povos, aprender novas técnicas. Enfim, ter acesso ao que de  
melhor a humanidade produziu na ciência e na arte. De acordo  
com a parlamentar, um dos objetivos da instituição é ampliar  
25 os cursos de formação na área de políticas públicas para  
capacitar os servidores públicos ao melhor atendimento à  
população.

Internet: <www.al.ce.gov.br> (com adaptações).

No que se refere a aspectos gramaticais e formais do texto acima,  
julgue os itens seguintes.

- 65 Em “comunicar-se melhor consigo e com outros povos,  
aprender novas técnicas. Enfim, ter acesso ao que de melhor...”  
(ℓ.21-23), a substituição do ponto final por uma vírgula,  
iniciando-se o advérbio com letra minúscula, manteria a  
correção gramatical do trecho.
- 66 No segmento “capacitar os servidores públicos ao melhor  
atendimento” (ℓ.26), caso a preposição “a” fosse substituída  
por **para**, a regência do verbo estaria igualmente correta.
- 67 A substituição de “com o intuito de capacitar os” (ℓ.2) por  
**objetivando à capacitação dos** manteria a correção gramatical  
e o sentido do primeiro período do texto.
- 68 No período ‘O maior patrimônio de um país é seu próprio  
povo, e o maior patrimônio de um povo é a sua cultura’  
(ℓ.15-16), o emprego da vírgula justifica-se para indicar que o  
sujeito da segunda oração é diferente do da primeira.
- 69 No texto, as formas verbais “permite” (ℓ.17) e “ter” (ℓ.22)  
regem apenas complemento indireto.
- 70 No trecho “define a educação como princípio da  
democratização de um povo, da manutenção” (ℓ.11-13), o  
recurso de repetição do elemento “da” deve-se à preservação  
do paralelismo sintático na oração.

1 O governo do estado do Ceará, por meio da Secretaria  
de Planejamento e Gestão, apresenta a segunda edição,  
revisada, do **Manual do Servidor Público Estadual**, com o  
4 objetivo de orientar e facilitar o entendimento de assuntos  
relacionados à área de pessoal no que concerne aos direitos e  
deveres, às concessões e obrigações, tendo em vista as  
7 constantes alterações da legislação aplicável ao servidor. As  
informações inseridas no documento apresentam-se de forma  
objetiva e em linguagem clara, garantindo às pessoas o  
10 conhecimento permanente dessas informações para que não  
venham a sofrer prejuízo de qualquer natureza.

Importa ressaltar que esse instrumento está aberto a  
13 mudanças, para evitar a obsolescência e de modo a  
proporcionar aos servidores uma dinâmica eficiente das  
atividades e a possibilidade de cooperação intelectual.

16 O governo espera que o manuseio deste manual possa  
servir como importante instrumento de fortalecimento da  
conduta ética no trato dos assuntos relacionados ao serviço  
19 público estadual, como fonte permanente de consulta para  
dirimir dúvidas e também como mecanismo facilitador dos  
procedimentos administrativos.

Internet: <www.gestaodoservidor.ce.gov.br> (com adaptações).

No que concerne à organização textual, às ideias e às estruturas  
linguísticas do texto acima, julgue os itens subsecutivos.

- 71 Seriam preservadas a correção gramatical e a ideia principal do  
primeiro período do texto caso ele fosse reescrito sucintamente  
da seguinte forma: O governo do estado do Ceará apresenta  
nova edição do **Manual do Servidor Público**, para subsidiar  
a atuação de seus servidores.
- 72 Na linha 4, considerando-se o sentido do texto, é correto  
afirmar que o verbo “orientar” não rege complemento e o  
verbo “facilitar” rege complemento direto.
- 73 Nesse texto de apresentação do manual, emprega-se a  
linguagem coloquial para facilitar o entendimento dos  
objetivos e das formas de uso do referido documento pelos  
servidores públicos do estado do Ceará.
- 74 A linguagem empregada no texto é adequada à redação de  
correspondência oficial.
- 75 A expressão “tendo em vista” (ℓ.6) poderia ser substituída por  
**haja vista**, sem prejuízo para os sentidos do texto, uma vez  
que ambas as expressões estabelecem relação de causalidade  
entre ideias.
- 76 A vírgula empregada na linha 19 justifica-se para isolar  
expressão exemplificativa.
- 77 No trecho “para que não venham a sofrer prejuízo de qualquer  
natureza” (ℓ.10-11) o verbo vir está flexionado no plural para  
concordar com o termo “informações” (ℓ.10).
- 78 O segundo parágrafo do texto caracteriza-se como mera  
retomada das considerações expressas anteriormente, não  
sendo possível identificar em seu conteúdo dado novo a  
respeito do manual.

1 Quando se fala em gramática, geralmente se pensa em  
um conjunto de ensinamentos sobre a maneira correta de falar  
e escrever uma língua ou em um livro que contenha esses  
4 ensinamentos. Trata-se de uma imagem construída ao longo de  
pelo menos vinte séculos, desde que os gregos — e, dando-lhes  
seguimento, os romanos — conceituaram gramática como a  
7 arte do uso correto da língua. Essa história abriga um extenso  
capítulo escrito a partir do final do século XV e recheado de  
episódios decisivos no curso dos séculos XVI e XVII, quando  
10 se consolidou o perfil das gramáticas normativas das línguas  
europeias modernas.

José Carlos de Azeredo. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*.  
3.ª ed. São Paulo: Publifolha, Houaiss, 2010, p. 32 (com adaptações).

A respeito dos aspectos sintáticos e semânticos do texto acima,  
julgue os itens que se seguem.

- 79 No trecho “Trata-se de uma imagem construída ao longo de  
pelo menos vinte séculos” (ℓ.4-5), a forma verbal sublinhada  
foi empregada no singular para concordar com “imagem”.
- 80 No trecho “— e, dando-lhes seguimento, os romanos —”  
(ℓ.5-6), os travessões poderiam ser substituídos por parênteses,  
sem prejuízo gramatical para o texto.
- 81 No segmento “quando se consolidou o perfil das gramáticas”  
(ℓ.9-10), o elemento sublinhado indica a reflexividade do verbo.
- 82 Na linha 1, traria prejuízo para os sentidos e para a correção  
gramatical do texto o deslocamento do trecho “Quando se fala  
em gramática”, para imediatamente após “pensa”, efetuando-se  
a devida alteração de maiúsculas e acrescentando-se vírgula  
após “pensa”.
- 83 O trecho “geralmente se pensa em um conjunto de  
ensinamentos sobre a maneira correta de falar e escrever uma  
língua ou em um livro que contenha esses ensinamentos”  
(ℓ.1-4) poderia ser reescrito, sem prejuízo da correção  
gramatical e das informações nele apresentadas, da seguinte  
forma: **na maior parte das vezes, é pensado um conjunto ou  
um livro de ensinamentos sobre a maneira correta de falar  
e escrever uma língua.**
- 84 Haveria prejuízo semântico para o texto caso o segmento  
“sobre a” (ℓ.2) fosse substituído pela locução **acerca da**.
- 85 No primeiro período do texto, o elemento “que” é classificado  
como pronome relativo.

Julgue os itens a seguir, que versam sobre correspondência oficial.

- 86 O memorando, modalidade de comunicação entre unidades de  
um mesmo órgão, caracteriza-se pela celeridade e agilidade,  
sua estrutura é a do padrão ofício, devendo o destinatário ser  
identificado, no cabeçalho do documento, pelo cargo que  
ocupa, como, por exemplo, em: Ao Sr. Chefe para Assuntos  
Jurídicos.
- 87 O aviso e o ofício são modalidades de comunicação oficial  
praticamente idênticas, inclusive na forma; um dos elementos  
que os diferencia é o fato de o primeiro ser expedido por  
autoridades de mesma hierarquia — ministros de Estado; o  
segundo, produzido pelas e para as demais autoridades, pode  
ser usado para a comunicação com particulares.

1 Os deputados e senadores devem ser eleitos para um  
período de cinco anos, tempo suficiente para que eles  
realmente tomem consciência dos problemas e soluções das  
4 regiões que representam e formulem projetos de interesse  
público dentro das leis vigentes. Um tempo menor pode  
dificultar os trabalhos dos representantes populares, e um  
7 maior pode consolidar no cargo a incompetência e a inutilidade  
de alguns senadores e deputados, o que frustraria a vontade e  
os interesses dos eleitores.

Figueiredo, 1999 (com adaptações).

Considerando a organização das ideias e aspectos linguísticos do  
texto acima, julgue os seguintes itens.

- 88 A proposta de mandato parlamentar apresentada pelo autor do  
texto apoia-se em verdade universalmente aceita: todos os  
deputados e todos os senadores precisam de cinco anos de  
mandato, uma vez que não cumprem suas atribuições.
- 89 Na linha 1, a substituição do conectivo “e” por **ou** não  
prejudica a coerência do texto.
- 90 No último período, a conjunção “e”, em todas as ocorrências,  
exerce o mesmo papel: o de junção de elementos textuais de  
mesma natureza, no caso, núcleos de complementos verbais.
- 91 Segundo opinião do autor do texto, o mandato exercido por  
deputados e senadores é insuficiente para o cumprimento das  
atividades parlamentares.
- 92 Infere-se do texto que há deputados e senadores incompetentes.
- 93 Ao expressar suas ideias acerca do mandato parlamentar, o  
autor do texto emprega o método indutivo de raciocínio, isto  
é, o tópico frasal inicial corresponde a uma proposição  
genérica, que, a seguir, é especificada.
- 94 O autor do texto parte da organização e análise de fatos da  
realidade para formular a conclusão.

### Silogismo I

Todo funcionário da assembleia legislativa convive com discurso  
parlamentar; Suzana é funcionária da assembleia legislativa; logo,  
Suzana convive com discurso parlamentar.

### Silogismo II

Todo funcionário da assembleia legislativa domina o discurso  
parlamentar; Suzana é funcionária da assembleia legislativa; logo,  
Suzana domina o discurso parlamentar.

Com base nos silogismos acima apresentados, julgue os itens a  
seguir.

- 95 A conclusão do silogismo II é verdadeira porque as premissas  
também o são, sendo correto afirmar que o domínio do  
discurso parlamentar é requisito profissional para o trabalho na  
assembleia legislativa.
- 96 No primeiro silogismo, a conclusão é verdadeira porque as  
duas premissas também o são; assim, trabalhar na assembleia  
legislativa é condição para a convivência com discurso  
parlamentar, mesmo que não se tenha contato direto com ele.

1 O Poder Legislativo, como toda instituição pública  
 pluralista, possui virtudes e defeitos. Na Câmara e no Senado,  
 4 debatem-se diariamente os problemas nacionais e são  
 apresentadas dezenas de propostas e projetos capazes de mudar  
 os cenários político, econômico e social do país. Ali, são  
 7 votadas leis de grande impacto na vida dos cidadãos e das  
 instituições e se fazem a fiscalização e o acompanhamento dos  
 atos e dos gastos do governo, do próprio Congresso e de  
 10 instituições várias do cenário nacional. A atividade é intensa e  
 multifacetada. Por ser um centro do poder político onde se  
 digladiam forças em permanente confronto e por ter  
 responsabilidades sobre orçamentos e finanças públicas, a  
 13 instituição não raro é alvo de suspeitas, denúncias e  
 investigações sobre todo tipo de desvios, fraudes e corrupção,  
 envolvendo os representantes eleitos ou os assessores e  
 16 servidores que os cercam.

É público e notório que a imensa maioria das pessoas  
 acompanha os trabalhos do Congresso e se informa sobre as  
 19 atividades dos deputados e senadores na mídia, especialmente  
 na chamada grande imprensa, que inclui os telejornais e os  
 jornais impressos. A mídia privada, autoproclamada  
 22 independente e vigilante sobre os poderes públicos, exerce com  
 zelo seu papel de fiscal dos órgãos do Estado, dedicando  
 especial atenção às denúncias que envolvem o  
 25 Poder Legislativo. Em muitos casos, como na Comissão  
 Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento (de 1992), e,  
 mais recentemente, nas CPIs dos Correios (de 2005) e da  
 28 compra de ambulâncias (de 2006), investigações conduzidas  
 pela Polícia Federal e pelo Ministério Público resultaram em  
 acusações concretas e, em muitos casos, aparentemente  
 31 fundamentadas contra deputados e senadores, com base em  
 gravações de conversas telefônicas e movimentações bancárias.

Mas, às vezes, até por excesso de zelo e pelo desejo  
 34 de investigar, os jornalistas denunciam como irregulares e  
 apontam como desvios éticos dos congressistas algumas  
 práticas consideradas normais, rotineiras e legais na maioria  
 37 das democracias ocidentais. É o caso das emendas ao  
 orçamento da União e da ocupação de cargos públicos por  
 pessoas indicadas por líderes e dirigentes de partidos políticos,  
 40 consideradas imorais (“manobras”, “fisiologia”,  
 “toma-lá-dá-cá” etc.) e noticiadas com grande destaque e boa  
 dose de crítica nas páginas dos jornais.

Decisões políticas acertadas, projetos importantes  
 43 aprovados, iniciativas e fatos positivos de relevância para os  
 cidadãos, ocorridos no Parlamento, muitas vezes não são  
 46 noticiados pela mídia e, conseqüentemente, acabam ignorados  
 pela maioria das pessoas. Se noticiados, a sua divulgação  
 contribuiria para melhorar a imagem do Parlamento. “Muito da  
 49 nossa maneira de ver o mundo — e, portanto, de agir neste  
 mundo — depende da mídia”, observa Luis Felipe Miguel,  
 para quem a imprensa, ao contrário do que trata de fazer  
 52 parecer, não transmite apenas “fatos”, mas também  
 julgamentos, valores, interpretações.

Sérgio Chacon. *Congresso, imprensa e opinião pública: o caso da CPMI dos Sanguessugas*, 2008. Internet: <[www.bd.camara.gov.br](http://www.bd.camara.gov.br)> (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens de 97 a 102.

97 À luz dos fundamentos da retórica, é correto afirmar que o texto apresenta um raciocínio vicioso ao escamotear a discussão dos defeitos do Poder Legislativo — apesar de reconhecer que eles existem, conforme explicitado no primeiro período — e tratar apenas de suas virtudes.

98 A presença do conectivo “Mas” no início do terceiro parágrafo representa uma mudança na direção argumentativa do texto; a partir desse ponto, vai-se mostrar que a atuação dos meios de comunicação apresenta falhas na cobertura e divulgação das atividades do Poder Legislativo.

99 Considerando-se o desenvolvimento dos argumentos no primeiro parágrafo, seria possível substituir a expressão “não raro” (ℓ.13) pelo seu equivalente semântico **sempre**, sem que se alterasse a força argumentativa do período e sem que se prejudicasse a coerência do parágrafo.

100 O emprego do termo “conseqüentemente” (ℓ.46) estabelece uma relação de não contradição entre as ideias expressas nos trechos “Decisões políticas acertadas, projetos importantes aprovados, iniciativas e fatos positivos de relevância para os cidadãos, ocorridos no Parlamento, muitas vezes não são noticiados pela mídia” (ℓ.43-46) e “acabam ignorados pela maioria das pessoas” (ℓ.46-47). Por isso, a ordem de aparecimento desses trechos poderia ser invertida, mantendo-se a coerência original do texto.

101 No contexto da argumentação desenvolvida ao longo do texto, a citação de Luís Felipe Miguel (ℓ.48-50) assume o valor de premissa válida para a conclusão a seguir: o Poder Legislativo que a mídia mostra ao público tem mais defeitos que virtudes.

102 No segundo parágrafo, a menção a algumas CPIs constitui o principal argumento utilizado pelo autor a favor da tese de que a imensa maioria das pessoas se informa sobre as atividades do Congresso na mídia.

1 Os telejornais, de grande audiência em todas as camadas da população, nem sempre dedicam espaço à política. Nos jornais impressos de circulação nacional — considerados os principais divulgadores da atividade legislativa e dos fatos de natureza política —, o noticiário, naturalmente, não abrange todas as atividades de plenário, das comissões e muito menos dos parlamentares individualmente. O espaço dedicado aos assuntos políticos nos meios de comunicação é insuficiente para dar ampla cobertura e adequada divulgação às atividades do Congresso. Jornalistas políticos de destaque, como o veterano Villas Boas Corrêa, já se manifestaram de maneira incisiva a respeito: “Acho que a imprensa merece seus puxões de orelha porque não faz nenhum esforço para cobrir aquilo que ainda remanesce de importante no Congresso, como, por exemplo, o trabalho das comissões...”, disse o jornalista, em depoimento ao Centro de Pesquisas e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, em 1995.

Sérgio Chacon. *Congresso, imprensa e opinião pública: o caso da CPMI dos Sanguessugas*, 2008. Internet: <[www.bd.camara.gov.br](http://www.bd.camara.gov.br)> (com adaptações).

Julgue os itens seguintes, relativos à sintaxe e aos elementos estruturais do texto acima.

103 Seria mantida a coerência do texto caso o segundo período fosse iniciado por **Já, Além disso** ou **Excepcionalmente**.

104 O pronome demonstrativo ‘aquilo’, em ‘para cobrir aquilo que ainda remanesce de importante no Congresso’ (ℓ.13-14), refere-se a “atividades de plenário” (ℓ.6).

105 Considerando-se a sintaxe do período, é correto afirmar que, na construção sintática do período ‘Acho que a imprensa merece seus puxões de orelha porque não faz nenhum esforço para cobrir aquilo que ainda remanesce de importante no Congresso, como, por exemplo, o trabalho das comissões...’ (ℓ.12-15) predomina a subordinação.

106 O período “O espaço dedicado aos assuntos políticos nos meios de comunicação é insuficiente para dar ampla cobertura e adequada divulgação às atividades do Congresso” (ℓ.7-10) poderia ser deslocado para a posição inicial do parágrafo, sem prejuízo para a organização e a coerência do texto.

1 Conquanto a fórmula “**Fica aprovado o texto...**”  
venha tendo a preferência nas redações finais dos projetos de  
decreto legislativo desta década, o formato anterior,  
4 “**É aprovado o texto...**”, utilizado em décadas passadas,  
parece mais consentâneo com o bom português. Não apenas é  
o verbo **ser** o verbo auxiliar típico para a formação da voz  
7 passiva analítica, quanto é o mais adequado para formar  
locução verbal com o verbo **aprovar**.

Ademais, em sua acepção intransitiva, **ser** tem a  
10 conotação de **ter existência real, existir**. Um ato internacional  
ao qual o parlamento brasileiro concede aprovação legislativa  
cumpra a etapa parlamentar deliberativa para a sua existência  
13 real como norma de direito positivo interno, com caráter de  
permanência (não se trata de alguma coisa qualquer que recebe  
um aval momentâneo para ali ficar transitoriamente).

16 Conquanto as duas fórmulas tenham sido utilizadas, a  
opção pela utilização da locução verbal é **aprovado** soa,  
juridicamente, mais robusta, com maior força de comunicado  
19 de decisão peremptória à nação. Afinal, o **que fica, pode,  
também, sair, partir...**

Maria Ester Mena Barreto Camino e Luiz Henrique Cascelli de Azevedo. *Necessidade de uniformização dos projetos de decreto legislativo pertinentes a atos internacionais*. Maio/2011. Internet: <www2.camara.gov.br> (com adaptações).

Julgue os itens subsequentes, acerca do texto acima.

- 107 Ao afirmarem que **ser** é “o verbo auxiliar típico para a formação da voz passiva analítica” (l.6-7) e “o mais adequado para formar locução verbal com o verbo aprovar” (l.7-8), os autores apresentam argumentos favoráveis ao emprego da expressão ‘**É aprovado o texto...**’.
- 108 No início do segundo parágrafo, a invocação da acepção intransitiva do verbo **ser** no contexto da frase ‘**É aprovado o texto...**’ constitui, em relação aos elementos estruturais do texto, uma argumentação frágil, dado que tal verbo foi empregado como transitivo direto na referida frase, na qual ‘o texto’ é o objeto direto.
- 109 Dada a organização dos argumentos e dos elementos estruturais do texto, a palavra “momentâneo” (l.15) poderia ser substituída pela palavra **efêmero**, sem prejuízo para a coerência textual e sem infringir o princípio de não contradição.
- 110 A argumentação desenvolvida no texto apresenta um tipo de raciocínio denominado pendular, defendendo ora o emprego da fórmula ‘**Fica aprovado o texto...**’, ora o da expressão ‘**É aprovado o texto...**’.
- 111 Sem prejuízo para a sua coerência, o texto poderia ser concluído com o seguinte período: Sugere-se, assim, que, ao minutar um projeto de decreto legislativo referente a instrumento internacional celebrado pelo Brasil, seja dada preferência à forma “**É aprovado o texto...**”.
- 112 O conectivo “Ademais” (l.9) estabelece uma relação de coesão entre o segundo e o primeiro parágrafos e, de maneira mais estrita, entre aquele e o período “Não apenas é o verbo **ser** o verbo auxiliar típico para a formação da voz passiva analítica, quanto é o mais adequado para formar locução verbal com o verbo **aprovar**” (l.5-8).
- 113 No texto consta, a favor da fórmula ‘**Fica aprovado o texto...**’, o argumento de uso, segundo o qual é mais adequado e consentâneo empregar a expressão mais usada no momento atual.

Cada um dos itens a seguir é composto por um trecho adaptado de texto da Internet — <http://observatoriodaimprensa.com.br> — e uma assertiva acerca do tipo de raciocínio envolvido na sua elaboração. Julgue-os à luz da teoria da argumentação.

- 114 No trecho a seguir, observa-se argumentação baseada em exemplo: Dizer que a imprensa manipula as eleições é uma inverdade. Brizola se elegeu quantas vezes quis no quintal da Rede Globo, que o detestava.
- 115 O período “Não há país democrático sem imprensa livre porque, para ser democrático, o país tem de ter imprensa livre” apresenta vício de raciocínio.

Cada um dos itens a seguir apresenta um fragmento de correspondência oficial, seguido de uma proposta de classificação (entre parênteses) desse fragmento quanto ao tipo de correspondência oficial a que pertence. Julgue-os quanto à adequação da linguagem utilizada, à correção gramatical e à classificação proposta.

- 116 Tendo em vista o aumento de funcionários deste Departamento em razão de novas contratações feitas pela honorável Assembleia Legislativa, solicito encarecidamente a Vossa Senhoria que, por favor, providencie a aquisição de mobiliário (5 mesas e 5 cadeiras) para que os novos funcionários que são muito competentes e amáveis possam ser acomodados de forma adequada. (memorando)
- 117 Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, submeto à deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2009”. (mensagem presidencial)

Um funcionário da AL/CE foi incumbido de redigir documento a ser encaminhado pelo presidente dessa assembleia ao chefe do Poder Executivo do estado, a fim de esclarecer a participação da assembleia em ações conjuntas com o Poder Executivo estadual.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 118 São elementos obrigatórios do documento a ser redigido pelo funcionário o vocativo, o fecho e a assinatura do autor da comunicação, no caso em apreço, o presidente da AL/CE.
- 119 O funcionário em questão deve redigir documento conhecido como exposição de motivos, expediente indicado para a comunicação entre o Poder Legislativo e o chefe do Poder Executivo no âmbito estadual, em especial para informá-lo de projetos comuns.
- 120 O expediente a ser redigido pelo funcionário deve conter uma introdução, na forma de parágrafo não numerado, na qual deverá ser informado o motivo da comunicação.

## PROVA DISCURSIVA

- Faça o que se pede a seguir, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
  - Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.
  - Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.
- 

### **Dilma sanciona comissão da verdade e lei de acesso à informação**

A presidenta Dilma Rousseff sancionou, em 18 de novembro, a lei que permite aos cidadãos ter acesso a informações públicas e a lei que cria a Comissão da Verdade. Em cerimônia no Palácio do Planalto, Dilma destacou que essas duas leis "representam um grande avanço nacional e um passo decisivo na consolidação da democracia brasileira". "A informação torna-se aberta em todas as suas instâncias. O poder público torna-se mais transparente", completou a presidenta.

Internet: <www.estadao.com.br> (com adaptações).

---

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo a respeito do seguinte tema.

### **ACESSO À INFORMAÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO**

Ao elaborar seu texto, comente, necessariamente, sobre os seguintes aspectos:

- ▶ origens e objetivo da Comissão da Verdade;
  - ▶ objetivo da Lei de Acesso à Informação.
-

**RASCUNHO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	